



GT 027. Conflitos Socioambientais, Conhecimento Tradicional e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central

Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB) - Coordenador/a, Carmen Lúcia Silva Lima (Universidade Federal do Piauí) - Coordenador/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Helciane de Fátima Abreu Araujo (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a

No contexto atual, povos e comunidades tradicionais estão sendo impactadas por políticas governamentais e agroestratégias implementadas por conglomerados econômicos produtores de commodities agrícolas. O Grupo de Trabalho, aqui proposto, reunir pesquisadores que estejam refletindo sobre conflitos socioambientais vivenciados por povos e comunidades tradicionais em decorrência dos referidos empreendimentos. A análise privilegiar a relação que se estabelece entre as ações de pesquisa e as ações de resistência, com destaque para a interação entre conhecimentos tradicionais e acadêmicos na formulação e crítica ao desenvolvimento sustentável. Terão prioridades propostas de trabalho que tratem de investigações realizadas na região do Brasil Central, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, norte de Minas Gerais e sul do Pará. A pretensão é socializar os resultados de experiências etnográficas com apoio de cartografias sociais que estejam dialogando com outras produções que abordem os conflitos socioambientais no Brasil Central.

Opará, o rio marcado para morrer

Autoria: Flávio José Rocha da Silva

Há décadas o Rio Opará, batizado pelos invasores portugueses como Rio São Francisco, sofre com ações tais como barramento, devastação das suas matas ciliares, retirada exagerada de suas águas para irrigação e a morte de seus afluentes. Na verdade, esta é uma história que começou há séculos. A mineração foi o primeiro grande atrativo para a sua exploração, especialmente no trecho que corta os Estados de Minas Gerais e Bahia. Suas águas também são destinadas atualmente para a irrigação de cana-de-açúcar, monocultura do eucalipto e fruticultura. São inúmeros os grandes projetos de irrigação que passaram a compor a paisagem de suas margens nas últimas décadas, explorando as suas águas. Indústrias, carvoarias, lazer e pesca também dela se aproveitam. Há ainda a poluição dos esgotos urbanos. Some-se a todas estas atividades o fato de que nos últimos setenta anos foram construídas barragens para a produção de energia elétrica, sendo elas: Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Moxotó, as barragens de Paulo Afonso I, II, III e IV e Xingó. Todas responsáveis por um violento processo de expulsão dos moradores locais de suas terras, incluindo-se aí vários povos indígenas. As consequências de tantas intervenções humanas já são visíveis e sentidas pelas populações são franciscanas: 1. Queda de barreiras aterram o rio e dificultam a navegação nos trechos onde esta ainda ocorre; 2. As barragens represam a água para a produção de eletricidade modificando a vida natural do rio e prejudicando a migração dos peixes. 3. O mais alarmante é a cunha salina já adentrar o rio por mais de cinquenta quilômetros em certas épocas do ano. Além de todos estes fatos, há a transposição de suas águas para o Nordeste Setentrional ameaçando ainda mais a sua sobrevivência. O Rio Opará sobreviverá a tantos e múltiplos usos econômicos como a navegação, indústria, irrigação, abastecimento humano, esgotos, pesca, lazer e energia elétrica? Deve o seu curso natural ser desviado e suas águas levadas para tão distante? Ao que parece existe uma sentença para a sua morte que vem sendo anunciada há décadas e que não consegue sensibilizar os governos, colocando em ameaça milhões de



| pessoas que dependem de suas águas para a sobrevivência.



Realização:



Apoio:



Organização:

